

STALLAERT, Christiane. *Etnogénesis y etnicidad en España: Una aproximación histórico-anropológica al casticismo*. Barcelona, Proyecto A Ediciones, 1998.

Por Miguel Carid Naveira,
PPGAS-UFSC

O livro, cujo assunto central é bem resumido em seu título, aborda problemáticas que, se nos parecem gozar na atualidade de uma relevância e significação social especiais, já a tinham provavelmente de tempos imemoriais, como a antropóloga belga demonstra em sua obra, ainda que as causas, conseqüências e a envergadura das questões variem notavelmente tanto espacialmente – diferentes áreas geográficas – quanto temporalmente – uma mesma sociedade em seu desenvolvimento cronológico. Neste caso o lugar é Espanha, o tempo vai de vários séculos antes da “Reconquista” – final da idade meia – até a atualidade.

A fronteira étnica como marco definidor das relações políticas, a invenção e reinvenção contínua do outro para uma melhor definição do nós – pronome que em espanhol amalgama os dois lados do espelho “nos-otros” -, a identidade como um fenômeno contrastante, histórico, maleável e sujeito a interesses circunstanciais, enfim, o vazio não substancial a ser preenchido pelas imagens dos outros, são os assuntos que Christiane Stallaert trata limitando-se ao caso espanhol e seus outros – “mouros” e judeus -, e aos nacionalismos vasco e andaluz e seus outros – os espanhóis-.

O livro se divide em três capítulos que conseguem manter a unidade de argumentação da primeira à última página: o primeiro introduz um conceito que acabará sendo o eixo vertebral do debate: o “casticismo”. Definido nos séculos XVI e XVII como “linhagem etnicamente limpo, ou seja, para o contexto espanhol, não contaminado de sangue ‘mouro’ ou judeu”. O casticismo definiria uma pureza que vincula no seu começo o étnico ao religioso – pois ser castiço é ser cristão-velho- e, por se tratarem de sangues, ao biológico. A autora nos leva, da mão dos historiadores e com uma profusa citação de fontes originais, à etnicidade da Península Ibérica dos séculos XII ao XV – momento em que surge a problemática dos conversos -, e à dos séculos XVI e XVII – quando se decreta a expulsão dos ‘mouros’-.

O segundo capítulo trata o nacionalismo histórico Vasco através do ideário de um de seus fundadores, Sabino Arana. A autora chega a conclusões similares às de outros historiadores espanhóis – Américo Castro ou Claudio Sánchez Albornoz, por exemplo - a saber, que se ser vasco é ser mais castiço do que os outros espanhóis, ou seja, “descendentes de uma linhagem mais puramente cristã, de sangue não contaminado”, paradoxalmente, então, os vascos exerceriam realmente de arquicastelhões.

As últimas páginas deste capítulo estudam o nacionalismo andaluz, emergente sobretudo neste último século, através da obra de Blas Infante, um de seus principais ideólogos, que transformou o ideal de limpeza de sangue - predominante no nacionalismo espanholista e no nacionalismo histórico vasco -, em um ideal subordinado à realidade psicológica e cultural da sociedade, o que ele chamará “gênio”. A compatibilidade ou incompatibilidade dos “temperamentos” dos povos será o parâmetro principal para a delimitação das fronteiras étnicas. Neste sentido etnicidade passa a ser um conceito aberto sem determinações biológicas. Simultaneamente, invertendo o ideal casticista mas ao mesmo tempo deixando-se levar por ele, a mescla de sangue sai revalorizada desmascarando os ideais de “raças puras” como o que realmente são: ideais. Ideais pois todo povo em maior ou menor medida teve alguma vez em sua história processos de mistura, e ideal pois nada há na realidade que se corresponda com uma dita superioridade da “raça pura”.

A autora trata também o surgimento do “andalucismo islamizante” após a ditadura de Franco, movimento minoritário que pretende a independência de Al-Andalus, território que excederia os limites atuais da região andaluza.

O último capítulo, que se vale mais do que os anteriores dos métodos antropológicos, estuda os casos das cidades espanholas de Ceuta e Melilla situadas no norte do continente africano e fronteiriças com Marrocos. O título “Ceuta, una frontera cristianomusulmana en la España actual” é expressivo do assunto das últimas páginas do livro. O enfoque antropológico permite à autora uma descrição multiforme da realidade e uma valoração equilibrada do desvio entre a teoria e a prática, características menos visíveis nos capítulos anteriores que possuem um enfoque mais histórico e generalizante. Vários nacionalismos convivem num território reduzido: o ceutismo espanholizante e europeizante dos “espanhóis de fronteira”, com uma forte ênfase no catolicismo militante; um ceutismo “pluriétnico”, muçulmanos que enfatizam a similitude cultural – a exceção da religião – e advogam pela naturalização espanhola; os “islamizantes” que antepõem o caráter “árabe, muçulmano e Magreb” dessas cidades. Os três grupos sustentariam grande parte de suas reivindicações sob os mesmos parâmetros com diferentes interpretações: quem é autóctone, quem chegou depois.

Apesar do livro se basear principalmente em dados de séculos passados, a atualidade da obra fica fora de toda dúvida; no jornal espanhol “El País” (20 de março, 2000), o escritor e jornalista Goytisolo mencionava o resultado de uma enquête de alcance nacional na que se pedia para classificar os grupos de imigrantes: os piores colocados – os mais odiados, poderíamos dizer - foram em primeiro lugar os ciganos (que obviamente não são imigrantes senão espanhóis chegados à península antes da constituição política do que hoje conhecemos por Espanha). Em segundo lugar os “mouros”, e em terceiro (surpresa!) os judeus, pois não há contingente considerável de imigrantes judeus em Espanha.

É partindo do diferente, que o homem de forma mais fácil – necessária(?) - constitui o “nos-otros”. Quiçá porque nem todos estejam dispostos a assumir as conseqüências de uma frase de Gadamer que encerra uma profundidade que

parece atentar contra o propriamente humano: “La apertura hacia el otro implica el reconocimiento de que debo estar dispuesto a dejar valer en mí algo contra mí, aunque no haya ningún otro que lo vaya a hacer valer contra mí”.

A historicidade e transformação dos parâmetros definidores da identidade sempre em construção, às vezes dentro de um mesmo nacionalismo – por exemplo o vasco –, nos leva a concluir que os conceitos de “invenção” e “circunstância” são mais úteis no estudos sobre identidade vinculados aos nacionalismos do que os de “tradição” ou “essência”. Tão importante quanto as crenças é a forma que o homem se relaciona com elas; que a construção identitária seja percebida por seus agentes, neste caso os nacionalistas – espanhóis, vascos, andalucistas ou ceutíes - como uma realidade substancial e não circunstancial, e que a despeito dos séculos e das mudanças de uma história quente que se quer esfriar, subsista derrubando o evenement um sujeito histórico que se reivindica constante, oferece uma árdua questão à psicologia cognitiva e às ciências humanas afins.